

CORREIO BRAZILIENSE

MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO

05 DEZ 1997

Marcos Cezar de Freitas

A quem pertence a bandeira da educação pública, universal e gratuita?

Pela primeira vez completamos um século inteiro como República. Sempre se disse que um projeto republicano consolida-se na universalização do acesso à escola. Será?

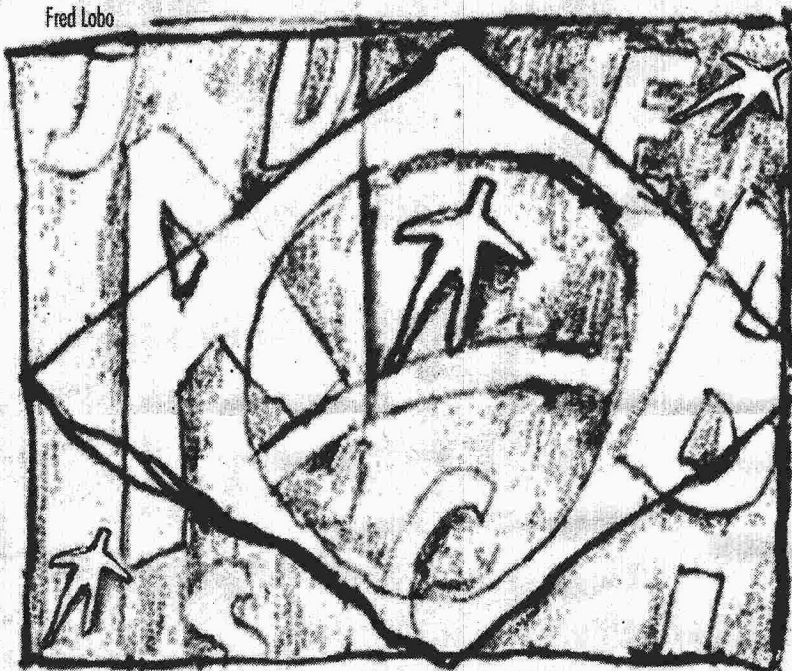
Referindo-se às tensões políticas que acompanharam o final do Império brasileiro, Sérgio Buarque de Holanda concluiu o livro *O Brasil Monárquico* comentando: "Nem ao deixar o portão do quartel-general, estava certo Deodoro de que as oligarquias monárquicas pertenciam ao passado, e ia começar o tempo da oligarquia republicana".

Agora, aqui estamos nós. Aquilo que para Sérgio Buarque era um temor confirmou-se. Ou não estamos fechando mais um século convivendo com oligarquias? E o que isso tem a ver com a educação pública? É que o debate sobre educação pública anda aceso novamente. Nesse sentido, a citação de Sérgio Buarque retorna sistematicamente à minha lembrança cada vez que participo de qualquer debate sobre a "municipalização do ensino", um processo que, por sinal, parece irreversível.

O que gostaria de compartilhar com o leitor é o imenso desconforto que sinto ao presenciar inúmeras vezes pessoas afirmarem que são favoráveis à municipalização do ensino porque, como educadores, colocam-se na "mesma" tradição democrática de Anísio Teixeira que, segundo todos, foi um defensor intransigente da idéia em questão.

É interessante notar como, no Brasil, algumas idéias são sistematicamente derrotadas. É o caso de Anísio Teixeira que nos anos 30, 40 e 50 pensava nos temas educação, democracia, cidadania, Estado, ciência etc., tendo por princípio a defesa da educação universal, pública, gratuita. Não houve uma única vez na qual o eminente educador

Fred Lobo



se referisse aos problemas educacionais sem destacar que os mesmos se constituíam questões estratégicas para o país desamarrar-se do seu passado.

No Brasil, segundo ele, o latifúndio havia criado a indústria. A educação de elite havia moldado a escolarização e o elitismo da escola havia criado mecanismos de ascensão social. A escola pública, universal, gratuita seria uma instituição de ajuste para uma sociedade que vivia à mercê de um Estado oligarquizado por dentro. Como instituição a escola seria uma instância que tornaria mais pública a república brasileira.

Pois bem, a idéia de municipalização do ensino na forma como se apresenta agora revela, paradoxalmente, aspectos positivos e negativos. Pode ser entendida como positiva a estratégia de municipalização em locais pobres que passariam a usufruir de fatias orçamentárias antes inatingíveis. Por outro lado, há como suspeitar que municípios do Sudeste e do Sul do país, com redes mais sólidas de ensino, ao rece-

berem a obrigação de atender a demandas anteriormente exclusivas aos estados, terminem por não realizar a contento nenhuma de suas tarefas educacionais, mesmo com uma fatia orçamentária mais avançada. Nos dois casos há ainda o temor de que o clientelismo inviabilize qualquer estratégia.

Porém, há outro dado de grande importância. O professorado, que tem participado dos debates sobre municipalização, revela enorme preocupação com o fato de que a maioria dos municípios estão sujeitos a tais políticos clientelistas e, conseqüentemente, à falta generalizada de satisfações prestadas à sociedade civil.

Mas quem evoca a memória de Anísio? Normalmente são pessoas vinculadas à burocracia educacional do Estado e que se apresentam às comunidades de professores como "explicadores" da nova ordem educacional que será implantada. Esses debates revelam uma distância enorme entre as políticas educacionais, que até podem ter algum

grau de acerto, e as redes públicas de ensino. O magistério público está completamente fraturado politicamente e profissionalmente.

Em meio a essas confusões, representantes do governo evocam Anísio Teixeira como exemplo de educador que pensou a educação como fonte para a construção da democracia. Em contrapartida, alguns debatedores se opõem, colocando-se no campo político da esquerda e rejeitam em bloco a proposta e a lembrança ao nome de Anísio por um motivo básico para tais opositores: o educador era um liberal e as políticas do governo são neoliberais. De uma certa forma, ambos os lados têm a mesma idéia: para ambos a tradição de Anísio é tomada como matriz. Tanto para os acertos quanto para os erros. E então? Seria interessante recuperar a compreensão de Anísio Teixeira acerca de a educação pública ser um antídoto às oligarquias e ao elitismo. Parece que os dois lados cometem omissões. Os que associam a tradição democrática de Anísio às políticas governamentais, com o objetivo de reforçar tais políticas omitem que há um contingente enorme de ações pró-oligarquias no governo que torna inconsistente essa ligação. Os que fazem a mesma relação para negar a validade das ações governamentais criam uma noite na qual "todos os gatos são pardos". Sendo assim, tudo é neoliberalismo, o que é tão impreciso que serve para descrever qualquer época, qualquer idéia, qualquer pessoa. Nesse reino de imprecisões e omissões, a escola pública, universal e gratuita torna-se apenas uma peça retórica num mundo que já angustiava Buarque de Holanda e que desconsidera a tradição antioligárquica de Anísio Teixeira.

■ Marcos Cezar de Freitas, doutor em História da Educação, é diretor do Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa em História da Educação